



MARXISMO, FEMINISMO E LUTA DE CLASSE

Telma Gurgel da Silva¹

RESUMO

Nesse artigo, que resultou de um estudo teórico-crítico, três questões que demarcam a práxis do feminismo como sujeito político no campo mais amplo do marxismo são apontadas. A primeira é a insígnia feminista do pessoal como político; a segunda, a evidência das desigualdades na divisão sexual e política do trabalho; e por fim, a denúncia do controle do corpo das mulheres como ferramenta de dominação sistêmica. O texto dialoga com a história do feminismo como movimento social inserido na dinâmica da luta de classes, que desenvolve ações de ruptura estrutural-simbólica com as desigualdades sociais que se expressam na tríade patriarcado, racismo e capitalismo. Isto garante uma caracterização de coletivo total ao feminismo quando, em situações específicas, consegue articular a diversidade de experiências das mulheres em torno de objetivos políticos comuns.

Palavras-chave: Mulheres. Feminismo marxista. Patriarcado. Racismo.

MARXISM, FEMINISM AND CLASS STRUGGLE

ABSTRACT

In this article, which resulted from a theoretical-critical study, three questions that demarcate the praxis of feminism as a political subject in the broader field of Marx's ideas are pointed. The first one is the feminist insignia from the personal as a politician; the second one is the evidence of inequalities in the sexual and political division of labor; and finally, the denunciation of the control of the female body as a tool of systemic domination. The text dialogues with the feminism history as a social movement inserted in the dynamics of the class struggle that develops actions of structural-symbolic rupture with the social inequalities expressed in the triad patriarchy, racism and capitalism. It guarantees a characterization of total collective to the feminism, when in specific situations it manages to articulate the diversity of women's experiences around common political objectives.

Keywords: Women. Marxist feminism. Patriarchate. Racism.

MARXISMO, FEMINISMO Y LUCHA DE CLASE

RESUMEN

En ese artículo, que ha resultado de un estudio teórico-crítico, tres cuestiones que demarcan la praxis del feminismo como sujeto político en el campo más amplio del marxismo son apuntadas. La primera es la insignia feminista del personal como político; la segunda, la evidencia de las desigualdades en la división sexual y política del trabajo; e por fin, la denuncia del control del cuerpo de las mujeres como herramienta de dominación sistémica. El texto dialoga con la historia del feminismo como movimiento social insertado en la dinámica de la lucha de clases, que desarrolla acciones de rompimiento

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2004). Pós-doutora pelo Centre 'Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Études Féministes? CEDREF, na Universidade Paris-Diderot (Paris 7), em 2016. Atualmente é professora adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, atua na Faculdade de Serviço Social, tanto na graduação como no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais, do qual foi coordenadora de 2013 a 2015. Membro da diretoria do CRESS (Seccional de Mossoró - gestão 2010-2013. Bolsista Produtividade do CNPQ e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher 'Simone de Beauvoir'. E-mail: <telmagurgeluern@gmail.com>



estructural-simbólica con las desigualdades sociales que se expresan en la tríade patriarcado, racismo y capitalismo. Ello garante una caracterización del colectivo total al feminismo cuando, en situaciones específicas, consigue articular la diversidad de experiencias de las mujeres a cerca de objetivos políticos comunes.

Palabras clave: Mujeres. Feminismo marxista. Patriarcado. Racismo.

Introdução

A relação entre feminismo e marxismo sempre foi objeto de debate e interesse estratégico das forças que compõem a luta emancipacionista em nível mundial. Neste artigo, que resultou de um estudo teórico-crítico em que procuramos apreender as aporias e aproximações entre estas duas apostas da sociedade moderna, apresentamos alguns apontamentos em torno de três questões que demarcam a práxis do feminismo como sujeito político no campo mais amplo do marxismo. A primeira é a insígnia feminista do pessoal como político; a segunda, a evidência das desigualdades na divisão sexual e política do trabalho; e por fim, a denúncia do controle do corpo das mulheres como ferramenta de dominação sistêmica.

Assim, dialogamos com a história do feminismo identificando, em suas estratégias e reivindicações, os elementos que unificam a luta das mulheres com a transformação radical das relações sociais em sua totalidade, como um movimento social inserido na dinâmica da luta de classes.

O feminismo, desde sua primeira expressão como sujeito político das mulheres, na França, em 1789, vem se reafirmando como um movimento social que, assim como outros, desenvolve ações de ruptura estrutural-simbólica com os mecanismos que perpetuam as desigualdades sociais e se expressam de diversas formas na tríade patriarcado, racismo e capitalismo.

Neste cenário, iniciamos o texto com o debate sobre emancipação na trajetória do feminismo, ao situá-lo como parte do contexto da ilustração e sua articulação com o projeto de uma sociedade igualitária. Em seguida, abordamos a questão da divisão sexual do trabalho e sua extensão no âmbito da militância política, no debate do feminismo com o marxismo e, por fim, indicamos alguns elementos do debate em torno do sujeito feminista como um coletivo total quando, em situações específicas, consegue articular a diversidade de experiências em torno de objetivos políticos comuns.

Igualdade e liberdade

Além da reivindicação pelos direitos políticos, existe registro da luta das mulheres pelo direito ao alistamento na carreira militar e ao acesso às armas que lhes eram interditados, apesar da sua presença massiva nas ruas, em levantes populares contra o Antigo Regime no processo da Revolução Francesa.

Desta forma, as mulheres reivindicavam o direito de participar ativamente da vida pública e, ainda, o acesso ao trabalho e o direito à educação. Assim, durante todo aquele período, as mulheres mantiveram-se na resistência e foram consideradas uma ameaça pela nascente ordem burguesa que, em 1793, proibiu reunião dos Clubes de Mulheres.

Todos os habitantes de um país devem e gozam de direitos de cidadãos passivos, todos tem direito a proteção de sua pessoa, de sua propriedade, de sua liberdade, etc. mas nem todos tem o direito a ser parte ativa da formação do poder público; nem todos são cidadãos ativos. As mulheres, [...] as crianças, os estrangeiros, aqueles que não contribuem em nada para o funcionamento público não devem, pois influenciar na coisa pública (RIOT-SARCEY, 2002, p. 20).

Além disto, o regime burguês reafirmou a hierarquia masculina na família como base para a organização social, posicionando-se contra o direito ao amor livre e ao divórcio, reclamado pelas mulheres no processo da Revolução Francesa.

A luta das mulheres, portanto, dirigia-se tanto para as estruturas do nascente Estado como do parlamento. Sendo assim, também para os partidos políticos, na reivindicação dos direitos civis e políticos, quanto para as organizações de trabalhadores, pelo direito à educação, ao trabalho e à igualdade salarial.

Apesar de as mulheres contarem com o apoio do movimento dos trabalhadores, foi particularmente com relação ao direito ao trabalho que houve maior resistência. Inclusive, em 1866, no congresso da Internacional dos Trabalhadores, os delegados posicionaram-se contrários ao trabalho feminino. Esta decisão provocou reação imediata das mulheres socialistas, que intensificaram as manifestações e as petições públicas, e fundaram a primeira associação feminista, chamada de Liga das Mulheres, em 1868.

Este acirramento de posições perdurou até 1872, quando emergiu a experiência da Comuna de Paris e as reivindicações pela igualdade entre os sexos, cedendo lugar à causa comum da conquista de uma sociedade regida pelos interesses da classe trabalhadora. Neste

contexto, as mulheres tiveram grande contribuição nas ações de boicote, confronto e resistência à derrocada do poder popular inaugurado pela Comuna, assumindo um claro compromisso de classe com a luta socialista.

Além dessas ações, as feministas proclamavam, também, a igualdade como condição de cidadania para todas as pessoas. Com isto, traziam a necessidade de organizar a diferença de maneira igualitária, com uma relação política de igualdade.

O feminismo do século XIX: emancipação e luta sufragista

A consolidação do capitalismo e a nascente industrialização provocaram alterações de ordem econômica, social e política, que tiveram repercussões na vida das mulheres que, no entanto, continuavam excluídas dos direitos civis e políticos. É neste contexto que surge a luta sufragista.

Para as mulheres, o sufrágio universal possibilitaria o acesso das mulheres à representação política e, por conseguinte, abriria a possibilidade de mudança no conjunto das leis e instituições. Além disto, a luta sufragista ampliava a aliança entre as mulheres, unificando, mesmo que temporariamente, posições políticas diferentes.

Dentre as particularidades deste movimento, seu caráter de massa, já que mobilizou milhões de mulheres por sete décadas em diferentes países do mundo, foi o que mais desafiou as feministas socialistas no interior das organizações sindicais, bem como na estrutura dos partidos para justificar a importância da luta das mulheres no processo de transformação radical da sociedade.

Não há dúvida que o debate em torno desse caráter e de seu papel na luta revolucionária mobilizou, articulou e, ao mesmo tempo, dividiu a ação das feministas. No entanto, foi fundamental para a consolidação do posicionamento político do movimento, no sentido de articular a luta das mulheres com a luta pela emancipação humana.

Isto por que, como já situamos, a entrada das mulheres no mundo do trabalho enfrentou forte resistência de parte dos trabalhadores que, dominados pela ideologia patriarcal, consideravam essa presença, além de uma ameaça aos seus empregos, a deturpação do papel tradicional das mulheres que, para eles, deveria se reduzir ao cuidado do lar.

A agudização da questão social, no século XIX, aprofunda o caráter social da opressão das mulheres e contribui para maior aproximação das organizações de mulheres com a luta socialista. Culmina, portanto, com a realização de Congressos Internacionais, nos quais se definiam linhas de atuação política para organização das mulheres nos partidos comunistas.

O importante de se destacar neste contexto foi a articulação estratégica entre a luta pela autonomia e autodeterminação das mulheres com a busca incessante da emancipação humana, frente às forças destrutivas do capital. Conforme nos ressalta Mézáros (2002, p. 307),

[...] estando [...] centrada na questão da igualdade substantiva, uma grande causa histórica em movimento, sem encontrar saídas para a sua realização dentro dos limites do sistema do capital. A causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica.

Isto reafirma a necessidade histórica da continuidade da auto-organização das mulheres nas organizações de esquerda e na luta anticapitalista, como forma de constituir um campo político, no qual a igualdade entre os sexos e a ruptura radical com as estruturas de opressão-dominação do capitalismo caminhem com a mesma intensidade e força política no interior do projeto libertário.

Destarte, ao longo de sua história, o movimento feminista vem assumindo temáticas que refletem a heterogeneidade da classe trabalhadora, intervindo no campo da dominação das subjetividades, como o questionamento da sexualidade heteronormativa, o direito ao aborto, a denúncia da jornada intensiva de trabalho das mulheres e da educação sexista como um dos estruturantes da violência contra a mulher, enfim, temas que publicizam as relações do mundo doméstico. Provocou, também, resistência dos partidos socialistas à luta específica das mulheres, considerando que estas fragmentariam a unidade de classe entre os trabalhadores e trabalhadoras.

Este receio se fundamentava nas ações políticas das feministas, que denunciavam as contradições e os mecanismos de poder que legitimavam a desigualdade entre os sexos no interior da própria classe operária. Esta é a razão porque a proposição de uma divisão sexual do trabalho igualitária torna-se central nas estratégias do feminismo, pois é uma das dimensões apropriadas pelo sistema de classe para perpetuar a exploração da classe trabalhadora em todas as esferas da vida social.

Divisão sexual e política do trabalho: os dois sexos da classe

Para além de uma reflexão com base na economia política, o debate em torno da divisão sexual do trabalho evidenciou a reprodução do viver como parte do processo de acumulação capitalista.

Importa destacar que já havia uma espécie de divisão sexual de trabalho nos primórdios da humanidade: as atividades econômicas realizadas pelas mulheres, como a coleta e, em alguns momentos, a caça, tinham um reconhecimento e valorização social que possibilitavam relações igualitárias no âmbito da sociedade primitiva. Foi neste ambiente e com suas observações que as mulheres desenvolveram técnicas, ferramentas e utensílios para o plantio e cultivo, dando origem à agricultura.

Aliada a essa inovação, a humanidade conseguiu domesticar os animais e realizou o que se considera a primeira revolução tecnológica, a criação do arado (ENGELS, 1980). Este fato possibilitou a formação das comunidades fixas (ENGELS, 1980) e, com isto, a construção de novas relações sociais no âmbito da divisão de trabalho entre os sexos, que passa a determinar valor social diferenciado, com a valorização do trabalho masculino em detrimento do feminino.

Mesmo que por alguns milhares de anos as mulheres tenham reagido fortemente a este processo, o desenvolvimento da sociedade de classes e, em particular, do modo de produção capitalista foi fundamental para concretizar a divisão sexual do trabalho como forma de subordinação das mulheres, ao se estruturar em dois princípios: o de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2010).

As teóricas do feminismo materialista indicam que a construção social destes princípios é resultado das relações sociais materiais, como uma dimensão da relação de poder e dominação entre os sexos, fundadas, portanto, em relações de antagonismos.

Neste sentido, queremos considerar, aqui, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres a serviço da família, cuja proposta de supressão é central para a perspectiva emancipatória do feminismo, principalmente em tempos de Estado neoliberal, em que a redução de investimentos em serviços públicos, como creches, escolas, restaurantes populares, entre outros, contribui decididamente para a manutenção da sobrecarga de reponsabilidade das mulheres no processo da reprodução social da força de trabalho.

Segundo Walby (2004), este processo de minimização dos serviços públicos pode ser considerado como um aspecto do patriarcado de Estado na medida em que, por meio de suas ações, contribui com o aprofundamento e a legitimação das desigualdades sociais, políticas e econômicas entre os sexos, favorecendo o poder dos homens sobre as mulheres, que transcende a esfera do patriarcado da esfera privada para o público.

A denúncia dos mecanismos de sexismo na divisão sexual do trabalho, no aspecto da relação público-privado, tem sido presente no debate da esquerda mundial, desde a primeira metade do século XX até os dias atuais. Isto porque, de diferentes maneiras, as feministas levam para as estruturas partidárias uma perspectiva de ampliação de sua proposta programática, na qual o trabalho doméstico não remunerado com o cuidado da família, dos incapacitados e com o equilíbrio das emoções do ambiente do lar, realizado pelas mulheres, seja considerado parte da riqueza mundial, na medida em que contribui diretamente com o processo de produção e reprodução das relações sociais.

Ainda nesta direção, as feministas trouxeram vários questionamentos em torno da divisão sexual e política de trabalho, entre eles destacamos: 1- as desigualdades nas condições objetivas para a participação política das mulheres; 2- a denúncia dos assédios moral e sexual praticados por dirigentes sobre as mulheres; e 3- a crítica às formas de enfrentamento à violência doméstica e sexual contra militantes.

Estas questões confrontavam diretamente a noção de autonomia das mulheres como sujeito político auto-organizado e como ser social genérico (MARX, 1989). Além de que, no sentido mais amplo, indicam que as organizações de esquerda tiveram grandes dificuldades em reconhecer auto-organização das mulheres. Remontam disto os debates entre Clara Zétkin e Lenin sobre o caráter estratégico do movimento de mulheres para a luta socialista.

A experiência do socialismo real evidenciou esta problemática, na medida em que as transformações da base produtiva não alteraram as relações de poder e de desigualdades entre homens e mulheres. Os escritos de Kollontai (1982), acerca da emergência de uma nova moral sexual com bases igualitárias como estratégia para a destruição do patriarcado, configuram um dos exemplos que podemos destacar na difícil incorporação das demandas de liberdade e autonomia das mulheres pela esquerda mundial socialista.

Em síntese, consideramos que a questão da relação entre o público e o privado é o substrato imaterial deste debate entre o feminismo e marxismo, que significa momentos de tensionamento e de unidade entre estas duas propostas emancipatórias até os dias atuais.

Podemos considerar que, nas últimas décadas, a consolidação dos feminismos no interior dos partidos e organizações mistas possibilitou algumas conquistas, como a política de cotas; medidas de denúncia e combate às violências contra as mulheres, com mais rigor na apuração/punição de casos de assédios; e maior presença das mulheres na representação pública.

Em termos do método, estas conquistas representam a síntese, ainda que transitória, do processo de reconhecimento e formação de uma plataforma feminista, que se materializa nas concepções de programas, estratégias, alianças e desafios organizativos, no sentido da superação de todas as formas de reprodução do sexismo na divisão sexual do trabalho.

Os intempestivos anos de 1960 e 1970: corpo e sexualidade na agenda feminista

Nos anos de 1960, principalmente em alguns países da Europa e nos EUA, as mulheres, juntamente com outros segmentos sociais, como estudantes, jovens, intelectuais, operários e artistas, participam de grandes mobilizações populares que questionaram, primeiramente, todas as formas de autoritarismo, totalitarismo, colonialismo e ações militaristas sobre a vida e dignidade humana.

Temas como o confronto com o modelo patriarcal de família e com a invisibilidade jurídica da mulher, a qual, após o casamento, perderia todos os direitos civis e passaria a depender da autorização do marido para qualquer ato, até mesmo o de conseguir um emprego se destacam. O movimento, com a forte influência do Segundo Sexo, de Simone Beauvoir (1981), e sua famosa tese de que não se nasce mulher, torna-se mulher, também recolocou em cena a desnaturalização do papel da mulher, com a centralidade na questão do direito a dispor autonomamente sobre sua própria vida mediante apropriação de seu corpo. Neste sentido, destacamos o direito ao aborto e a uma sexualidade livre, sem a determinação heteronormativa.

Assim, as grandes manifestações eram acompanhadas de forte questionamento ao poder do Estado, da família e da Igreja, considerados pontos de sustentação ideológica do capitalismo em todos os seus mecanismos de dominação e opressão da vida social.

Ao mesmo tempo, os partidos de esquerda resistiam a encampar estas bandeiras e, muitas vezes, as mulheres eram ridicularizadas em suas manifestações no interior destas organizações. Muitos registros retratam a reação das mulheres como protesto político que solicitava, dos companheiros de partido, uma revolução por inteiro.

Neste sentido, o feminismo enfrenta o desafio permanente de se constituir uma unidade entre o específico e geral, entre o interesse das mulheres e a luta por transformação radical da sociedade. Deve, portanto, definir estratégias que atuem na busca dos pontos comuns, nas particularidades de cada opressão; contudo, sem perder de vista o horizonte da emancipação humana.

Na América Latina e no Brasil, em particular, aqueles anos estavam envoltos com a dura realidade das ditaduras militares pelo continente. Sendo assim, o movimento feminista aliou-se a outras forças, pela redemocratização e em ações de questionamento à política econômica do país como, por exemplo, na luta contra a carestia, em finais dos anos de 1970.

Naquele momento histórico observa-se, mais uma vez, a retração da defesa dos interesses específicos das mulheres em nome da resistência às ditaduras e a construção do socialismo na região, nas experiências revolucionárias, como em Cuba, Nicarágua e El Salvador.

Contraditórios anos de 1980: feminismo, estado e autonomia das mulheres

Para o feminismo nos países da América Latina, a década de 1980 significou um período de grandes contradições, pois, com o processo de redemocratização dos países, os governos latino-americanos iniciaram uma ampliação dos espaços de participação política e promoveram uma ressignificação do conceito de sociedade civil, que lhe abstraiu o caráter de arena de luta de interesses antagônicos entre as classes sociais (WOOD, 2006; MONTAÑO, 2003).

Autoras como Alvarez (1998), Castro (1997) e Curiel e Espinosa (1998) demarcam este período como um momento de grandes debates no interior do feminismo latino-americano com rebatimentos na contemporaneidade. Isto porque as experiências de uma

redemocratização mediante reformas no Estado impulsionaram os movimentos sociais, entre eles, o feminista, a reatualizar sua crítica frente ao Estado.

A partir de meados da década de 1980 houve uma forte iniciativa dos governos na incorporação da categoria das relações sociais de gênero, como base ou como tema transversal nas políticas públicas.

Decorreu deste processo a criação, a partir de finais dos anos de 1980, de um conjunto de organismos de controle social e de elaboração de políticas, que passaram a ser mais um espaço de participação política dos movimentos sociais e das Organizações Não Governamentais (ONG). Este processo evidencia o ponto de tensão para o feminismo: a questão da autonomia.

O feminismo na América Latina tem teorizado sobre a autonomia, levando em consideração três aspectos: 1- o reconhecimento do sistema patriarcal como estruturante da opressão e dominação da mulher; 2- a autodeterminação das mulheres como condição ontológica do feminismo como sujeito coletivo 3- a emancipação humana como princípio constitutivo do ser político feminista.

O questionamento em torno da autonomia também se desenvolveu em torno do reconhecimento das diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres e do seu núcleo comum, que possibilita a construção de uma identidade coletiva. Fenômeno este que provocou uma atualização das demandas feministas com a centralidade do confronto ao patriarcado, ao capitalismo e às formas tradicionais do fazer político, radicalizando a contradição entre os interesses das mulheres, o papel do Estado e os interesses de classe.

Anos de 1990: o desafio da transnacionalização das lutas

A última década do século XX, em meio à ofensiva neoliberal e às contra-reformas no Estado, na qual se privilegia a redução de investimentos em políticas sociais de cunho redistributivas e, ao mesmo tempo, concebem-se ações que transferem, para a sociedade civil, a responsabilidade com o atendimento de demandas sociais não garantidas por meio das políticas públicas, representou, para os movimentos sociais, e em particular para feminismo, um período de grandes mudanças em sua identidade organizativa. No plano político era imperativo, para a hegemonia neoliberal, o controle e a fragmentação do potencial reivindicativo dos movimentos sociais (HAYEK,1987)

Como síntese dessas alterações no conteúdo das lutas sociais, destacamos que esta realidade evidencia pelo menos uma problemática, que é um processo acentuado e progressivo de “despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais, agora intermediadas pela ONG” (MONTAÑO, 2003, p. 274).

O feminismo, em particular, acompanhou essa tendência hegemônica, já iniciada na década passada durante o processo de redemocratização e passou por vários dilemas internos, ao se deparar com um grande número de ONG em substituição aos antigos grupos feministas.

Além do enfrentamento desse conflito interno, o feminismo buscou contrapor-se à ofensiva regressiva conservadora da década de 1990, mediante a construção de amplas articulações entre si e com outras organizações do campo antiglobalização, dando início a um novo momento de internacionalização de suas demandas.

Neste processo, fica cada vez mais evidente a necessidade de uma unidade programática que possibilite ações conjuntas com amplas repercussões no campo da política, da economia e da ideologia. Ações que, segundo Fraser (2007), consigam interligar lutas em contraposição à concentração de riquezas e má distribuição, com aquelas que reivindicam questões de reconhecimento que pressupõem, igualmente, uma ruptura simbólica radical na estrutura social.

O feminismo como coletivo total: desafios para a contemporaneidade

Em síntese, retomamos a afirmação de que, para o feminismo, a luta deve responder a elementos de mudanças internas, com a construção de espaços amplos de articulação e lutas políticas que consigam mobilizar cada uma das mulheres, mediante o reconhecimento de sua particularidade de ser e, ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento das múltiplas determinações que compõem suas experiências de mulher, perpassando, portanto, as dimensões de classe, raça, geração, sexualidade, afetividade, entre outras questões. Determinações estas que, como nos afirma Marx (1989), devem ser situadas como nexos internos da condição de opressão/dominação das mulheres, constituindo-se como forças mobilizadoras da revolução que, como já falamos, deve ser por inteira.

Consideramos que este processo garante o respeito à heterogeneidade da composição social do feminismo, que se constitui como sujeito em um duplo processo: “no

reconhecimento da diversidade e na construção de uma unidade diversa identitária mediante a legitimação das experiências particulares no interior da identidade coletiva” (GURGEL, 2011, p. 35).

Com esta percepção de coletivo total, interpretamos como desafio do movimento feminista a definição de estratégias que atuem na busca dos pontos comuns, nas particularidades de cada opressão. Contudo, sem perder de vista o horizonte da emancipação humana, afinal, apenas com o alcance dela podemos vivenciar verdadeiramente a liberdade, por inteiro, objetivo maior do feminismo.

Referências

ALVAREZ, Sônia. Feminismos Latino-americanos. **Revistas Estudos Feministas**. Rio de Janeiro. IFSC/UFRJ-PPCIS/UERJ, n. 2, p. 265-284, 1998.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**. Fatos e Mitos. Vol 1. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1981.

CASTRO, Mary Garcia. Feminismos e feminismos, reflexões à esquerda. **Presença de Mulher**, São Paulo, n. 29, p. 03-09, 1997.

CURIEL, Ochy; ESPINOSA, Yuderkis. **Los Encuentros Feministas de América Latina y El Caribe**. Santo Domingo, República Dominicana: Editorial, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Trad. de H. Chaves. 4ª Edição. Portugal- Editorial presença: Livraria Martins Fontes, s/d. Cap IX. 1980 , pp 209-236.

FRASER, Nancy. Meapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, v.15, n.2,2007, p.291-308.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**. SOF-EXPRESSÃO POPULAR: São Paulo, 2010.

GURGEL, Telma. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano V, N. 4. SOS Corpo: Recife, 2011, p. 30-48.

HAYEK, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: *Novos estudos*. – CEBRAP [online]. 2010, n.86, pp. 93-103. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>>. Acesso em: 23 ago. 2011.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a nova moral sexual**. Col. Bases, n. 06. São Paulo: Global Editora, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTÃO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social** - crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

RIOT- SARCEY, Michelle . **Histoire du féminisme**. Paris: La découverte, 2002.

WALBY, Sylvia. "Cidadania e transformações de gênero". In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006.

RECEBIDO 02 DE AGOSTO DE 2018.

APROVADO 10 DE SETEMBRO DE 2018.